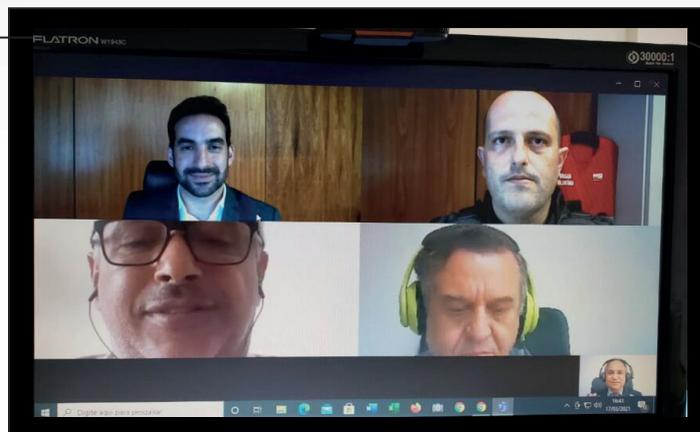


Sindjus-DF debate pauta da categoria em reunião bastante proveitosa com DG do STF

No final da tarde desta quarta-feira (17/03), os coordenadores do Sindjus-DF Costa Neto, Abdias Trajano e Fernando Vinicius, juntamente com o presidente da Astrife, Osiel Ribeiro da Silva, se reuniram com o diretor-geral do STF, Edmundo Veras dos Santos Filho, para discutir diversos itens da pauta da nossa categoria. Essa reunião engloba a força-tarefa que tem sido feita pelo Sindicato com as administrações do Poder Judiciário e do MPU para avançar com as demandas dos servidores.

O Sindjus-DF fez a defesa da flexibilização do Direito de Advogar para os servidores bacharéis em Direito e inscritos na OAB, que hoje possuem vedação total do exercício da Advocacia; da mudança da nomenclatura do cargo de Analista para Consultor; do envio imediato do anteprojeto de Lei ao Congresso Nacional dispondo sobre a alteração do nível de escolaridade dos técnicos judiciários (NS), uma vez que já foi aprovado em todas as instâncias da categoria e na última comissão interdisciplinar do STF; do reenquadramento dos auxiliares remanescentes e do encaminhamento ao Congresso Nacional de anteprojeto de Lei para alterar a Lei 11416/2006 e também de uma PEC para alterar o Artigo 96 da Constituição Federal, consolidando definitivamente a criação da Polícia Judicial, que hoje é garantida pela Resolução 344 do CNJ.

Em relação a cumulação da GAS com FC dos cargos de chefia, o Sindjus-DF explicou que vem trabalhando em prol desta causa há tempos, desde a gestão do diretor-geral Eduardo Toledo, que garantiu que um estudo sobre o tema estava em andamento e que ele aguardava somente o restante dos dados de outros tribunais para resolver essa questão pela via administrativa, uma vez que não causa impacto orçamentário. Edmundo Veras fi-



cou de verificar o status desse estudo e a forma de viabilizar a cumulação da GAS com FC para os chefes das seções de segurança dos tribunais por interpretação da norma, como havia sugerido Eduardo Toledo, sem necessidade de levar essa pauta ao Congresso Nacional.

O Sindjus-DF também solicitou a abertura de um canal de diálogo com o representante do STF no Fórum Permanente de Carreira instalado pelo CNJ.

Os dirigentes também enfatizaram a preocupação com as propostas que estão tramitando no Congresso Nacional propondo a retirada de direitos e a redução salarial de servidores, entre elas a Reforma Administrativa (PEC 32/2020). O Sindjus-DF pediu o apoio do STF para impedir o desmonte do serviço público que vem sendo encaminhado pelo governo com apoio do mercado financeiro e da grande mídia.

A reunião foi muito satisfatória, com o DG recepcionando muito bem os pleitos do Sindicato e se comprometendo a dar andamento aos pontos que foram abordados da melhor forma. Ele se colocou à disposição para contribuir com o que estiver ao seu alcance. A Diretoria do Sindjus-DF deu mais um passo importante para reforçar esse importante canal de discussão e encaminhamento de demandas com o STF.



Sindjus-DF se reúne com Secretário Adjunto do MPDFT para discutir demandas dos servidores

O coordenador-geral do Sindjus-DF Costa Neto se reuniu, nesta terça-feira (16/3), com o Secretário Adjunto do MPDFT, Renato Luqueiz Salles, para tratar de diversos temas de interesse dos servidores, tais como: isonomia na computação das horas do recesso, Plan-Assiste e carreira.

A Portaria nº 665, de 11 de dezembro de 2020, dispôs sobre o expediente no âmbito do MPDFT no período de recesso forense, compreendido entre as datas de 20 de dezembro a 6 de janeiro de 2021, instituindo, regime de plantão, com expediente preferencialmente realizado das 12 às 19 horas. E em razão da pandemia de Covid-19, muitos servidores cumpriram esse regime através do trabalho remoto.

No entanto, houve diferenciação ao se computar as horas trabalhadas durante o recesso no banco de horas entre os servidores que trabalharam presencialmente e os que atenderam remotamente, de modo que o trabalho realizado de maneira presencial foi computado na proporção de 2/1, enquanto o remoto, na proporção de 1/1.

O Sindjus-DF defendeu junto ao Secretário Adjunto tratamento isonômico na computação das horas, uma vez

que não há justificativa para essa distinção, visto que trabalhando presencial ou remotamente, os servidores estiveram sujeitos às mesmas obrigações, durante o mesmo intervalo (12 às 19h). Na oportunidade, foi entregue, em mãos, requerimento nesse sentido.

Renato Luqueiz, após ouvir atentamente a argumentação do Sindjus-DF, afirmou que essa portaria apenas normatizou uma resolução da PGR, que trata sobre a questão do recesso. No entanto, o Secretário-Geral Adjunto se comprometeu a levar esse questionamento do Sindicato à Procuradora-Geral de Justiça, Fabiana Costa, para que ela encaminhe sugestão de alteração da Portaria ao Procurador-Geral da República.

Atenção: o Sindjus-DF vai estender esse pedido de isonomia na computação das horas relativas ao recesso a todos os ramos do Ministério Público.

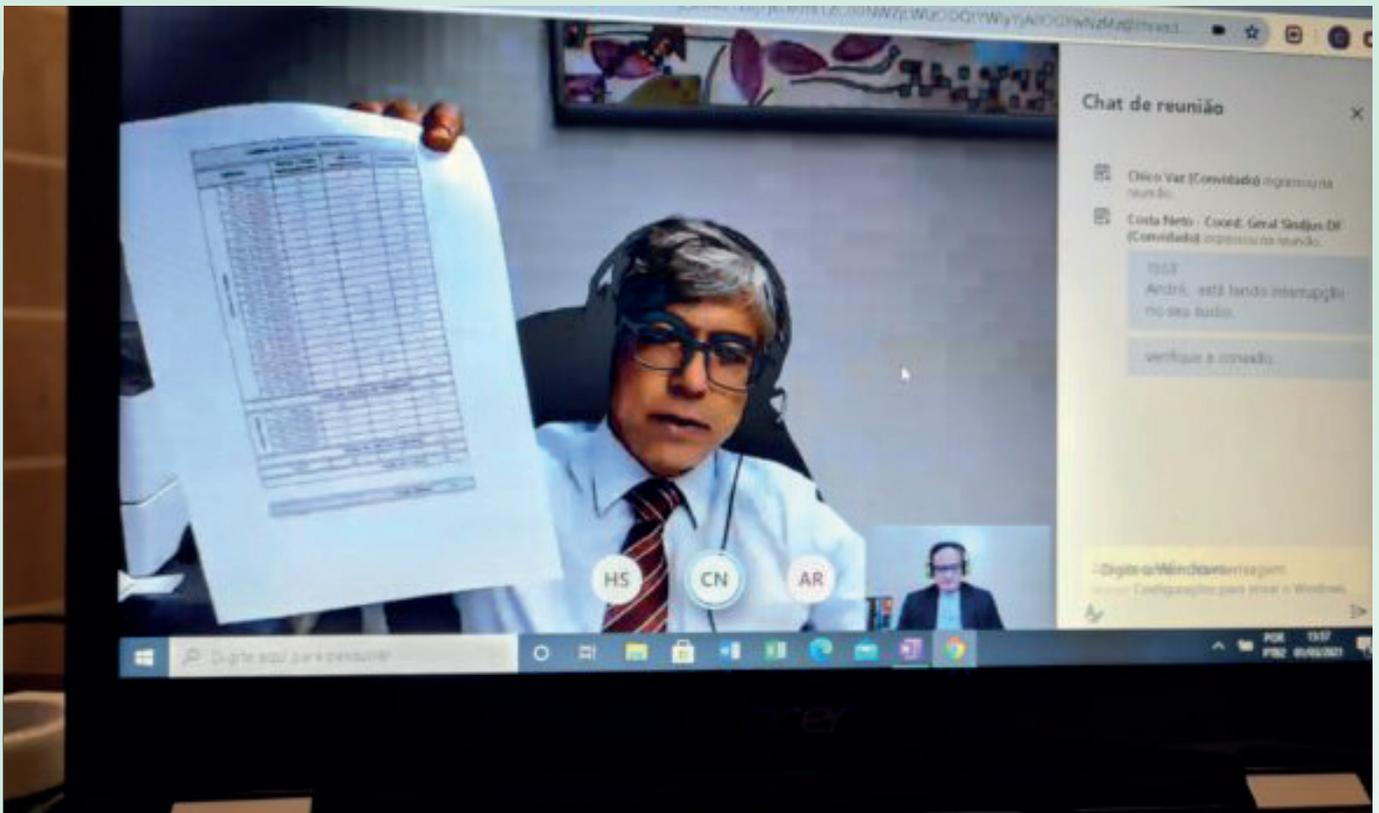
Outros temas

Costa Neto e Renato Luqueiz conversaram sobre questões da carreira dos servidores, nas quais o Sindjus-DF está empenhado, tais como: o direito de advogar para os servidores bacharéis em Direito e com inscrição na OAB, a alteração da nomenclatura do cargo de Analista para Consultor, atualização e definição das atribuições de cada cargo, reconhecimento da GAMP/UAJ como vencimento, NS para técnicos e a recomposição salarial.

Em relação à criação da Polícia do MPU, o Sindjus-DF pediu o apoio do MPDFT para trabalhar essa questão no CNMP, no qual o MPDFT possui assento, uma vez que já há requerimento protocolado pelas entidades, nos moldes da Polícia Judicial.

O Sindicato também expôs sua preocupação com a Portaria PGR 29/2021, que promove tratamento desigual em relação aos servidores e membros do MPU no Plan-Assiste, afirmando que já solicitou audiência com o próprio PGR para tratar dessa demanda da categoria, que está sendo prejudicada com essa diferenciação. Costa Neto explicou que os servidores também têm direito à assistência médico-hospitalar que será a partir de agora proporcionada pela União aos membros do MPU.

A reunião foi bastante positiva e produtiva, com o Secretário-Geral Adjunto, Renato Luqueiz, deixando claro que ele, assim como o Secretário-Geral, Wagner de Castro, e a Procuradora-Geral de Justiça, Fabiana Costa, têm todo interesse em manter diálogo frequente para debater as questões da categoria.



Atuação do Sindjus-DF e Assejufe consegue reestabelecer o regime de teletrabalho no TRF1

O Sindjus-DF tem feito gestões em todos os órgãos do Poder Judiciário e ramos do MPU no sentido de que o trabalho remoto seja priorizado e que todas as medidas protetivas sejam tomadas para proteger a vida e a saúde dos servidores.

No dia 1º de março, o Sindjus-DF se reuniu com o Secretário Geral da presidência do TRF1, Cleberson José Rocha, pleiteando o retorno dos servidores ao regime de teletrabalho, expondo a gravidade da pandemia e a necessidade de resguardar a integridade física e psicológica dos servidores. Na ocasião, o SG foi bastante receptivo aos argumentos do Sindicato e informou que a questão seria tratada em uma reunião do "Gabinete de Crise" com toda atenção e sensibilidade.

Também no dia 1º de março foi protocolado ofício conjunto Sindjus-DF/Assejufe requerendo a suspen-

são das atividades presenciais para os servidores do TRF1.

Em atendimento a esse pleito, o tribunal publicou, no dia 15 de março, a Portaria Presi 103/2021 determinando a suspensão das atividades presenciais e o retorno ao regime de plantão extraordinário até 30 de março.

Segundo a portaria, os servidores devem ficar em teletrabalho e os colaboradores aderirem ao sistema de revezamento, como medida para prevenção de riscos de disseminação e contágio pelo coronavírus.

Mais uma medida importante de garantia de proteção à integridade, saúde e vida dos servidores, adotada em atenção à solicitação do Sindjus-DF e Assejufe, para os servidores do TRF1.



STJ atende solicitação do Sindjus-DF e determina suspensão de serviços não essenciais, dando ênfase ao teletrabalho

Por meio da Resolução n. 11, de 19 de março, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a prestação presencial de serviços não essenciais no tribunal até 30 de março, de modo que será priorizado, neste período, o regime de teletrabalho. A medida, tomada em razão do agravamento da pandemia de Covid-19, atende à solicitação feita pelo Sindjus-DF por meio de ofício.

Segundo a resolução, caso seja imprescindível a presença física nas dependências do Tribunal, deverá ser promovido o sistema de rodízio entre os servidores, estagiários e colaboradores terceirizados, inclusive com redução do horário de trabalho, sempre que possível.

O Sindjus-DF não tem poupado esforços para preservar a vida e a saúde dos servidores, atuando em defesa da adoção e manutenção do trabalho remoto. Nos casos em que o trabalho presencial seja indispensável, o Sindicato cobra a execução de todas as medidas protetivas necessárias, em obediência às normas sanitárias.

3º fase da campanha do Sindjus-DF contra a Reforma Administrativa ganha as ruas do Distrito Federal, Rondônia e Acre



Apadrinhamento, privatização do Estado, redução dos serviços públicos e fim dos concursos. Essas são algumas das mazelas embutidas na PEC 32/2020, que trata da Reforma Administrativa, apontadas na 3ª Fase da Campanha do Sindjus-DF, em parceria com a ASMPF.

Na campanha, o Sindicato alerta para as inconstitucionalidades previstas na PEC 32, que desmontam os serviços públicos em todas as esferas e colocam a população em situação de vulnerabilidade e condições sociais ainda mais graves.

As peças podem ser conferidas em outdoors localizados em pontos estratégicos do Distrito Federal, como EPTG,

SIA, Sobradinho, Santa Maria/Gama, Jardim Botânico, Aeroporto e Estrutural. A campanha também está em totens espalhados pela Rodoviária do Plano Piloto e na TV Minuto, do Metrô-DF.

Há ainda painéis de LED no Pistão Norte, BR 020, Pistão Sul, EPIA e EPTG. O Sindjus-DF também está divulgando a iniciativa em dezenas de busdoors. Segundo o coordenador-geral do Sindjus-DF, o objetivo é garantir que as peças sejam vistas pelo maior número de pessoas possível, de modo a alertar a população sobre os riscos embutidos na PEC 32, que desmontam o serviço público e o estado de bem-estar social concebido na CF/88.

" A PEC 32 traz, em seu texto, uma proposta de sucateamento dos serviços públicos, reduzindo-os com o mínimo de qualidade para a população. Precisamos que a sociedade tome conhecimento dessa barbáridade e se engaje na luta contra a Reforma Administrativa", pontuou Costa Neto.

Rondônia e Acre

A campanha também chegou aos estados de Rondônia e Acre, onde o Sindjus-DF tem representatividade. Em diversos outdoors pelas capitais, a entidade também traz o alerta para a população do Norte do país.

Ajude-nos na divulgação da campanha. Ao ver uma das peças, tire foto, poste nas redes sociais e marque os perfis do Sindjus-DF.

Juntos somos mais fortes!



Tanque Cheio: edição do mês de março já está disponível para os filiados do Sindjus-DF

A edição da promoção Tanque Cheio do Sindjus-DF já está disponível para os filiados. Este mês, a gasolina comum está saindo a R\$ 5,26. Já a gasolina aditivada está pelo preço de R\$ 5,90. O Sindjus-DF segue trabalhando para garantir que os filiados economizem sempre.

Os vouchers da campanha podem ser retirados a partir das 12h desta sexta-feira (19/3) e têm validade até o dia 31 de março. O benefício é limitado à quantidade em estoque.

Cada filiado terá direito a até 80 litros por CPF, sendo 40 litros de gasolina comum (dois vouchers de 20 litros limitados à quantidade em estoque) e 40 litros de aditivada (dois vouchers de 20 litros disponíveis para toda base).



Confira o passo a passo para gerar o seu voucher:

- 1 – Acesse o site do Sindjus Club:
www.sindjusclub.org
- 2 – No canto superior direito do site, clique no link "Ativar Conta";
- 3 – Preencha os dados solicitados e, depois, clique em "Ativar Conta";
- 4 – Feito isso, você receberá suas informações de login e senha por e-mail cadastrado no banco de dados do SINDJUS-DF.
- 5 – Faça o login na área restrita;
- 6 – Clique na opção VOUCHER GASOLINA;
- 7 – Selecione a opção desejada e clique em GERAR.

Abastecimento apenas nos postos abaixo:

BR BELIZE SHN – BANDEIRA BR – SHN QD 02 BLOCO D PLL (atrás do edifício Manhattan) GPS: <https://goo.gl/maps/vzpAoiPqWmP2>

POSTO VERDE AMARELO – BANDEIRA BR – Asa Norte Superquadra Norte 311 GPS: <https://goo.gl/maps/GfSLJ9gXNkA2>

POSTO BR UnB – CAMPUS UNIVERSITÁ- RIO DARCY RIBEIRO <https://www.google.com/maps/place/15%C2%B045'38.7%22S+47%C2%B052'27.2%22W/@-15.7607617,-47.8764146,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x0:0x0!8m2!-3d-15.7607617!4d-47.8742259?hl=pt-BR>

POSTO BR SQS 309 SUL – ASA SUL GPS: <https://goo.gl/maps/SS2LhA2PX5M2>

POSTO SHELL – QS 09 RUA 123 LTS – AGUAS CLARAS. GPS : <https://goo.gl/maps/PuGBbNCK1XJK2dWS9>

POSTO IPIRANGA DO GIRAFFAS – SPM SUL CONJUNTO C LOTE 8 – CANDANGOLÂNDIA GPS: <https://goo.gl/maps/QKk3nLzYds5kiZfv9>

POSTO BR NB – DF-075 – Q 2 – NÚCLEO BANDEIRANTE. GPS: <https://goo.gl/maps/HoL7DuEorNhahaUd8>

POSTO BR ESTAÇÃO SUL – QNN 22, PLL01, S/N – CEILÂNDIA GPS: <https://goo.gl/maps/AysWs64fdUzD8sSLA>

POSTO UNB – ASA NORTE – GPS: <https://goo.gl/maps/gD-Z6HeD4TMCxvQa37>

BR BELIZE SHN – BANDEIRA BR – SHN QD 02 BLOCO D PLL (atrás do edifício Manhattan) GPS: <https://goo.gl/maps/vzpAoiPqWmP2>

2º Ato Nacional do Movimento BASTA! alerta sobre as falácias para aprovação da Reforma Administrativa e da PEC Emergencial

Um discurso pautado em falácias, falta de dados e fragilidade técnica, com o objetivo de desmontar o serviço público. Essa foi a conclusão que os participantes do 2º Ato Público Nacional do Movimento 'BASTA!' chegaram, no final da tarde desta quarta-feira (17/3), sobre o trabalho que tem sido feito pelo governo para aprovação da PEC 32/2020, que trata da Reforma Administrativa, e da PEC 186/2019 (PEC Emergencial).

O coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, participou dos debates e enalteceu o trabalho que tem sido realizado pelas entidades para barrar a Reforma Administrativa. Para Costa Neto, esse é um momento crucial na história e é preciso união e luta para derrubada da PEC 32.

"Cada um de nós tem um papel a desempenhar e precisamos seguir juntos, unidos e colocar o máximo de investimento nessa luta. Basta de corrupção, basta de nepotismo, basta de apadrinhamento, de indicações políticas. Precisamos dizer que queremos vacina, um auxílio emergencial descente, servidores valorizados e um Estado que esteja à serviço da população brasileira", pontuou Costa Neto.

O deputado Professor Israel Bastista (PV-DF), presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, falou sobre os desafios para barrar a Reforma Administrativa no Congresso Nacional. De acordo com ele, é preciso total engajamento dos servidores para atuar no convencimento dos deputados e senadores.

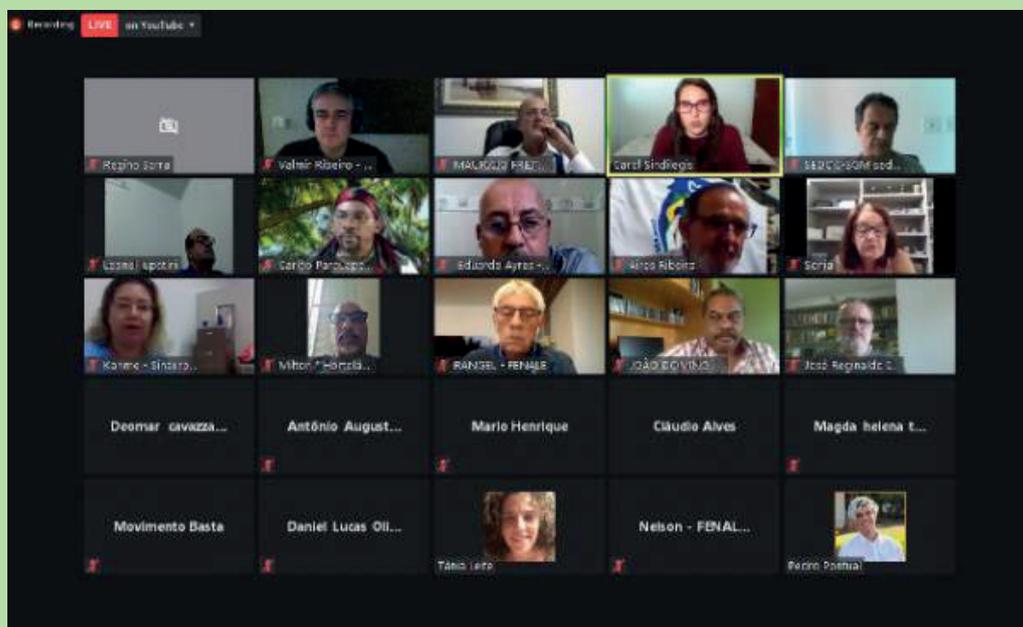
"Nós temos um governo que conseguiu consolidar uma maioria no Congresso Nacional, temos ainda um texto muito ruim sobre o qual nós nos debruçamos para apresentar emendas com ajuda

das entidades. Teremos que fazer uma disputa ponto a ponto para evitar que o pior aconteça", alertou Batista.

Parlamentares e centenas de lideranças do serviço público participaram do ato e reforçaram que a Reforma Administrativa fragiliza os serviços públicos e agrava a situação de vulnerabilidade da população brasileira. Na visão de Pedro Pontual, presidente da Anesp, a reforma feita sem planejamento trará consequências drásticas a curto, médio e longo prazos.

Pontual ainda criticou a condução da avaliação de desempenho proposta pela PEC 32. "O foco da PEC se limita à entrega do pessoal, mas não discute a estrutura, as ferramentas e a informação", disse.

Ao final do encontro, entidades integrantes do Movimento "Basta!" reafirmaram o compromisso de atuação conjunta em cima das estratégias avaliadas como as mais eficazes. Decidiram, também, integrar a mobilização no grande ato "Lockdown Nacional", programado para o dia 24 de março, em reivindicação pela aceleração da vacinação e retomada do auxílio pelo valor de R\$ 600,00, pautas prioritárias desta campanha.



Protesto do Sindjus-DF na fachada do Ministério da Saúde ganha a capa do jornal O Globo

O protesto, organizado em parceria com o Sindilegis e o Movimento Basta!, destacou o terrível marco de 280 mil mortes da COVID 19 e pediu VACINA JÁ!



No dia em que o Brasil registrou, pela primeira vez, mais de 3 mil vítimas do coronavírus no período de 24h e ultrapassou a trágica cifra de 280 mil brasileiros mortos na pandemia, o Sindjus-DF e o Sindilegis, representando o Movimento BASTA!, realizaram uma ação contundente em homenagem àqueles que nos deixaram, em prol da vacina e em repúdio à condução desastrosa que o Governo tem feito a essa que já é a maior crise sanitária da história do nosso país.

Munidos de um projetor a laser, os dois sindicatos estamparam na fachada do Ministério da Saúde, que na semana passada ganhou seu quarto ministro em menos de um ano, frases de protesto como "LUTO! 280 MIL MORTOS", "QUEREMOS SERVIÇOS PÚBLICOS FORTES", "QUEREMOS SERVIDORES VALORIZADOS" e, sobretudo, aquele pedido urgente: "VACINA JÁ!".



A imagem publicada na capa do jornal O Globo é de autoria do fotógrafo Ueslei Marcelino, da Agência Reuters, que em 2020 conquistou com sua equipe nada menos que um Pulitzer, o maior e mais reconhecido prêmio de jornalismo do mundo, realizado todos os anos em Nova York.



Junte-se ao Sindjus-DF e engrosse a luta do sindicato em favor do serviço público gratuito de qualidade, do servidor público devidamente reconhecido e valorizado e pela vacinação imediata de todos os brasileiros. Ontem, além do protesto no Ministério da Saúde, o sindicato também participou da grande carretada capitaneada pela União dos Policiais do Brasil, a UPB, contra a PEC 32, também conhecida como PEC da Rachadinha.

“Dia 24 de março estaremos na rua mais uma vez para combater esse perverso desmonte do Estado, que ameaça os serviços públicos gratuitos, inclusive o SUS, e vilaniza os servidores. Venha conosco! Venha dizer o seu sonoro BASTA para essa política liberal absurda, onde os especuladores do mercado financeiro ficam cada dia mais ricos enquanto os mais pobres pagam as contas.”, convida o coordenador geral do Sindjus-DF, Costa Neto.

Sindjus-DF e entidades se reúnem com a secretaria-geral do MPU para tratar sobre a portaria 29/2021 e o Plan Assiste

“Os servidores estão perdendo a sensação de pertencimento ao órgão”, afirmou a diretora de comunicação do Sindjus-DF e Presidente da ASMPF, Sueli Masala.

O encontro com a Secretaria-Geral do MPU se deu com o objetivo de cobrar esclarecimentos sobre a portaria que regulamentou o Programa de Assistência à Saúde Suplementar apenas para os membros do MPU, excluindo os servidores.

Além do Sindjus-DF, representado pela Coordenadora de Comunicação Sueli Masala, participaram da reunião com a secretária-geral do MPU, Eliane Torelly, e o secretário-geral adjunto do órgão, Paulo Santiago, representantes do SindMPU, da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal (ASMPF) e da Associação dos Servidores do MPDFT (ASMIP).

Uma das principais reivindicações dos dirigentes foi a inclusão dos servidores na Portaria 29/2021/MPU, que regulamenta a Resolução 233, uma vez que estes também possuem direito a receber a assistência à saúde suplementar, em caráter indenizatório, por meio de reembolso, de acordo com art. 3º, inciso IV, da resolução.

As entidades ainda enfatizaram que a decisão da Administração de conceder os benefícios do programa apenas aos membros intensificou o distanciamento entre membros e servidores, criando um clima discriminatório e separatista. Na avaliação dos dirigentes, a Casa deveria ter regulamentado a Resolução de forma equânime.

“Avaliamos que a decisão gerou um mal-estar entre os servidores, que por lei também têm direito à assistência. Estamos trabalhando para reverter essa situação”, pontuou Sueli Masala.

A Administração apresentou esclarecimentos para justificar a decisão, que foram contestados pelos dirigentes.

Ainda foi justificado que, atualmente, o órgão não possui recursos para implementação do benefício. Por este motivo, a Administração optou por concedê-lo apenas para os membros. Todavia, a secretária-geral do MPU informou que vai solicitar reunião entre o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, e as entidades representativas, para buscar o encaminhamento do pleito.

Ao final da reunião, as entidades informaram que protocolaram requerimento visando a extensão do benefício aos servidores, inclusive reforçando a legalidade do pedido. O Sindjus-DF e as entidades parceiras continuarão trabalhando para garantir a extensão do benefício do programa para todos os servidores.

FILIE-SE E FORTALEÇA O SEU SINDICATO NESTA LUTA!

SINDJUS-DF E ENTIDADES SE REÚNEM

COM A SECRETARIA-GERAL DO DO MPU PARA TRATAR SOBRE A PORTARIA 29/2021 E O PLAN ASSISTE

SABIA MAIS:
www.sindjusdf.org.br

SINDJUS



Carreata em defesa da valorização do serviço público apoiada pelo Sindjus-DF ganha destaque na mídia nacional

A carreata promovida nesta quarta-feira (17/3) pela União dos Policiais do Brasil (UPB) apoiada pelo Sindjus-DF, Sindilegis, Movimento Basta! e diversas entidades foi um sucesso, com ampla participação de público e grande repercussão na mídia nacional, expondo assim à sociedade brasileira a grande insatisfação dos servidores com a série de ataques deflagrada pelo governo contra o funcionalismo.

Houve muito protesto contra a promulgação, no dia 15 de março, da PEC 186/2019, conhecida como PEC Emergencial, que deixou os policiais, assim como todos os servidores, sujeitos ao congelamento salarial caso as despesas da União, de estados e municípios cheguem a 95% da receita corrente. Os manifestantes demonstraram ainda sua indignação com outros ataques que levam ao desmonte do serviço público e



à desvalorização dos servidores, tais como a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e a Reforma da Previdência, aprovada em 2019 gerando um verdadeiro confisco salarial. Sem dúvida, a carreta foi uma oportunidade de dizer um grande “Não” à forma como os servidores públicos estão sendo tratados pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional.

O ato foi organizado pelos policiais e o Sindjus-DF, Sindilegis, Conacate, Fonacate e Movimento BASTA! fizeram questão de apoiar e participar, pois entende que o momento é de união entre as diversas categorias que compõem o serviço público brasileiro. “O movimento dos policiais exerce uma pressão muito grande, pois a questão da segurança pública é uma preocupação de toda a sociedade brasileira. E os policiais estão engajados na luta maior em defesa dos serviços públicos e atuando na linha de frente no combate à Covid-19 e mesmo assim são lesados pela política de Estado Mínimo adotada pelo governo. Temos que entender que a luta em defesa do serviço público não é fragmentada, cada um por si, mas todos juntos, servidores e popu-

lação, pois estamos todos do mesmo lado”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF, que esteve presente na carreta, levantando a bandeira do nosso Sindicato que não foge à luta.

De acordo com os policiais, a carreta é o início de um movimento pela valorização da segurança pública e dos serviços públicos e contra as medidas de austeridade imposta pelo governo. Como próximo passo, os policiais prometem realizar um ato nacional na próxima segunda-feira (22/3), protestando em frente às unidades que trabalham e paralisando todos os serviços de segurança pública por um período de 10 horas, das 13h às 23h.

A carreta apoiada pelo Sindjus-DF, que tem se consolidado como referência nacional em matéria de representatividade da nossa categoria e luta em defesa dos serviços e servidores públicos, virou notícia, por exemplo, em canais de comunicação como Folha de S. Paulo, O Globo, Uol, O Dia, O Tempo, Correio Braziliense, Metrôpoles, Folha de Pernambuco, Carta Capital e outros.





ATENÇÃO:

golpistas estão realizando pesquisa falsa utilizando o nome do Sindjus-DF

O Sindjus-DF alerta que recebeu denúncias de servidores dizendo que foram vítimas de golpe. Segundo apurado, criminosos estão atuando por diversos canais para clonar telefones e roubar dados de filiados por meio de uma PESQUISA FALSA utilizando indevidamente o nome do Sindicato.

A Diretoria do Sindjus-DF esclarece que não está promovendo pesquisa alguma, seja por SMS, Whatsapp, email ou qualquer outro canal de comunicação, tampouco forneceu dados pessoais de seus filiados para qualquer tipo de empresa.

Uma empresa denominada Antennas BI tem enviado email para os servidores com o conteúdo da PESQUISA FALSA. Caso receba a referida pesquisa, NÃO RESPONDA e DENUNCIE imediatamente ao sindicato por meio de nossos canais oficiais de comunicação. SAF (3212-2613), email: atendimento@sindjusdf.org.br.

Trata-se de um CRIME que será investigado para a devida punição dos golpistas. Portanto, todo cuidado é necessário. Para a sua segurança é importante não clicar em link algum. O Sindjus-DF já comunicou o seu Jurídico e tomará todas as medidas cabíveis para proteger os filiados e punir os responsáveis.



Sindjus-DF intensifica luta pelo Reenquadramento dos Auxiliares e pede apoio em reunião com SG da presidência do TJDFT

Nesta segunda-feira (16/3), os coordenadores do Sindjus-DF Costa Neto e Abdias Trajano se reuniram com o secretário-geral da Presidência do TJDFT, Edvaldo Santos Guimarães Júnior, e a Chefe de Gabinete Virgínia Costa Meireles, para tratar da questão dos auxiliares remanescentes do tribunal, que ainda não foram reenquadrados.

Segundo os cálculos do Sindicato, dos pouco mais de cem auxiliares em todo o País que se encontram nessa situação, 28 pertencem ao quadro do TJDFT, estando 24 na ativa e 4 aposentados ou pensionistas.

O Sindjus-DF explicou ao SG que está despendendo todos os esforços para corrigir essa injustiça. O reenquadramento foi objeto da Lei 12774/12, que promoveu alteração na Lei n. 11.416/2006,

excluindo, porém, por uma questão temporal, parte dos colegas que têm os mesmos direitos daqueles que conseguiram ser reenquadrados.

Os coordenadores destacaram que esses auxiliares acumularam, em razão do não reenquadramento, prejuízos salariais significativos durante esse período, que afetaram substancialmente seu poder aquisitivo e o sustento de suas famílias. Os coordenadores do Sindjus-DF afirmaram que a luta é pelo tratamento isonômico em relação a esses colegas que estão se sentindo abandonados e desprestigiados, e são merecedores do nosso apoio e respeito.

Os dirigentes sindicais evidenciaram que é preciso, em caráter de urgência, se debruçar sobre a elaboração e o encami-

nhamento de Anteprojeto de Lei ao Congresso Nacional para reverter essa falha da Lei 12774/12. Deste modo, pediram o apoio do SG para que essa demanda seja levada ao presidente do TJDFT e defendida junto ao CNJ.

Edvaldo Júnior se mostrou bastante solícito à causa e ao pleito do Sindicato em defesa dos auxiliares, afirmando que o tema ainda não havia sido debatido internamente, mas que ele se encarregaria de levar a questão diretamente ao presidente, o desembargador Romeu Gonzaga Neiva, e para a assessoria jurídica do tribunal, para que o TJDFT possa colaborar para a solução dessa situação da melhor maneira. O SG também ficou de providenciar, junto à assessoria competente, um levantamento do próprio tribunal a respeito dos servidores do TJDFT que se encontram nessa realidade.

“É importante que o TJDFT atue junto ao CNJ nesta causa, reforçando a luta pela correção desse contexto que promoveu tratamento desigual a auxiliares que fizeram o mesmo concurso e trabalharam lado a lado por décadas. A Diretoria do Sindjus-DF não vai desistir desse tema enquanto o último auxiliar remanescente não estiver devidamente reenquadrado, tendo a Justiça sido feita”, afirmou o coordenador-geral Abdias Trajano.

A reunião foi bastante positiva, o SG teve um olhar bastante atencioso e colaborativo em relação a tudo o que foi dito, afirmando ainda que há possibilidade, caso o reenquadramento ocorra, do TJDFT fazer o suprimimento desses cargos por meio de concurso, o que atesta seu compromisso com essa luta que vem sendo travada com muita responsabilidade e firmeza pela Diretoria do Sindjus-DF.

CNJ publica resoluções sobre uniformes e identidade visual para a Polícia Judicial

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, nesta terça-feira (16/3), as resoluções 379 e 380, que dispõem sobre a identidade visual para os inspetores e agentes da Polícia Judicial. A demanda é uma conquista histórica para a categoria e foi possível graças à atuação conjunta do Sindjus-DF e da Agepoljus.

A resolução 379 versa sobre os tipos de uniformes e assessorios de identificação visual da Polícia Judicial, bem como cores, inscrições e símbolos característicos. Trata ainda do distintivo funcional, insígnia de lapela e bandeira.

Os uniformes serão de quatro tipos: traje social – que será utilizado para desempenho das atividades administrativas e segurança de autoridades-, operacional – utilizado para atividades operacionais internas e externas -, e de instrutor – exclusivo para instrutores em atividades de capacitação -, e de educação física – utilizado em teste de condicionamento físico.

Já a resolução 380 trata da identificação padrão dos inspetores e agentes da Polícia Judicial. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho e os tribunais terão um prazo de 12 meses para implementar o novo padrão de identificação.

“Sabemos que essa conquista representa muito para os policiais judiciais. A identidade visual vai garantir mais credibilidade da categoria junto aos servidores e à sociedade, além de valorizar aqueles que são responsáveis pela segurança de



todos”, pontuou Anderson Ferreira, coordenador de administração e finanças do Sindjus-DF.

Também serão elementos de identificação da Polícia Judicial a carteira de identidade funcional, o distintivo de polícia, o porta documentos e o porta distintivo. Ainda de acordo com a resolução 380, ficou instituído o documento de autorização do porte de arma de fogo institucional, a ser expedido pelo Poder Judiciário, nos termos da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 4/2014.

NOTA PÚBLICA:

Sindjus-DF repudia PL que transforma cargos de Técnicos no MPU em comissionados

O Sindjus-DF manifesta repúdio total ao PL 813/2021, encaminhado pelo Procurador-Geral da República, Augusto Aras, ao Congresso Nacional, no dia 5 de março, propondo a modificação do quadro de pessoal do MPU a partir da transformação de cargos de técnico em procuradores e comissionados, que são de livre nomeação. De acordo com o projeto, serão 141 cargos de Técnico do MPU transformados em 8 cargos de Procurador de Justiça e cargos em comissão no âmbito do MPDFT.

Augusto Aras justificou o projeto defendendo a autonomia funcional e administrativa garantida ao MPU e que a transformação é para “melhor estruturar a atividade-fim” do MPDFT, além de não gerar despesas.

No entanto, esse projeto compromete a valorização da carreira dos servidores e toda a estrutura do MPU, que depois de décadas de muita luta perde cargos importantes para o apadrinhamento político dentro de uma instituição que tem por dever constitucional combatê-lo.

A Constituição de 1988 definiu o Ministério Público como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

Deste modo, o Sindicato repudia também a falta de democracia no fato do projeto ter sido encaminhado pelo PGR sem prévio debate com as entidades representativas dos servidores, lembrando que o Sindjus-DF tem participado periodicamente de reuniões com o SG do MPF para tratar das demandas dos servidores, e o próprio Augusto Aras afirmou preferir manter contato direto com as entidades. Então, cadê o diálogo?

Nada justifica o desmonte de uma carreira tão importante para o país, como a do Ministério Público, com servidores prontos para atuar em muitas frentes, como o combate à corrupção. É inadmissível que durante uma pandemia que castiga a sociedade brasileira, tornando os ricos mais ricos

e os pobres mais pobres, aprofundando o já imenso abismo social do nosso país, que parte do quadro de servidores do MPU seja entregue a pessoas sem quaisquer vínculos e compromissos com a administração pública.

Se não bastasse os ataques do governo no sentido da quebra da estabilidade, da redução e congelamento salarial, o próprio Procurador-Geral da República promove a política do Estado Mínimo, exterminando de uma só vez quase 150 cargos de técnicos, número considerável se tratando de MPU. Como fica a qualidade do serviço prestado agora? Como fica o atendimento às demandas da população? Como ficam aqueles que estavam estudando para concurso público na esperança de terem uma carreira no MPU? É um ataque sem precedentes contra os servidores ativos, que vão ficar sobrecarregados e desprestigiados, contra os servidores aposentados, que ajudaram a construir essa carreira, e contra aqueles que sonhavam ingressar nessa carreira.

O Sindjus-DF defende de forma intransigente a valorização dos servidores públicos do Poder Judiciário e do MPU, a realização de concursos públicos e que 100% das funções comissionadas e dos cargos em comissão sejam ocupados por servidores de carreira e não de livre nomeação. Não podemos permitir que o MPU se transforme em cabide de empregos, em instrumento de apadrinhamento político.

Esse projeto do PGR é preocupante, pois abre precedentes para que novas medidas como essa sejam tomadas no MPU e no Poder Judiciário, visto que há um projeto nacional em curso no intuito de promover a terceirização do serviço público brasileiro.

O Sindjus-DF se solidariza com todos os colegas do MPU, em especial do MPDFT, e informa que, juntamente com sua assessoria parlamentar e seu escritório jurídico, vai atuar no combate direto ao PL 803/2021, lutando bravamente contra mais esse retrocesso e ataque à nossa categoria.

Mexeu com o MPU, mexeu com todos nós.

SAIBA TUDO SOBRE

ELEIÇÕES

2021

SINDJUS^{DF}

triênio 2021/2024

SINDJUS^{DF}
sindjudf.org.br

 @sindjusdf |  @sindjus